

Trabalhos Científicos

Título: Perfil Das Mortes Por Afogamento Em Menores De 5 Anos No Brasil, 1996 – 2020

Autores: JOSÉ JEFFERSON DA SILVA CAVALCANTI LINS (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), CARLA MARIA MACEDO GOMES (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), ÉVELYN DE OLIVEIRA CAMPOS (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), GABRIEL SOARES DE SOUZA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), RICARDO AUGUSTO BARROS DOS SANTOS FILHO (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), PAULIANA VALÉRIA MACHADO GALVÃO (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), GEORGE ALESSANDRO MARANHÃO CONRADO (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), PRISCILA MARIA DE BARROS RODRIGUES (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), DANIELE PADILHA LAPA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO), PATRÍCIA DE MORAES SOARES SANTANA (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)

Resumo: Introdução: A infância é um período crucial no desenvolvimento motor da criança e, embora seja acompanhada pelos responsáveis, não está isenta da ocorrência de acidentes, como o afogamento, que representa a segunda causa de morte accidental nesta população. Objetivo: Descrever o perfil das crianças menores de cinco anos vítimas de afogamento no Brasil, no período de 1996 a 2020. Métodos: Estudo observacional, descritivo e quantitativo, com análise de dados secundários relativos a todas as Declarações de Óbitos registradas no Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS envolvendo crianças menores de cinco anos mortas por afogamento entre 1996 e 2020. Resultados: No período avaliado, foram registradas 13.482 mortes por afogamento de crianças menores de cinco anos no Brasil, sendo mais frequente o sexo masculino (65,7%), com média etária de 1,9 anos (desvio padrão de 1,2) e cor parda (46,0%). Constatou-se uma média de 539,3 mortes por ano, sendo o maior número ocorrido em águas naturais (25,6%), seguido por afogamento em piscina (9,8%). As maiores frequências foram no Norte (29,0%) e Nordeste (28,2%), e a maior e menor casuística para os anos de 1996 (653 casos) e 2015 (423 casos), respectivamente. Conclusão: Crianças do sexo masculino, pardas, em idade pré-escolar e que residem no Norte-Nordeste do país são mais propensas a morrerem por afogamento. Tais aspectos reforçam a importância das autoridades responsáveis entenderem o afogamento com uma tragédia evitável, intensificando as ações de prevenção direcionadas ao público mais vulnerável. Aliado a isto, deve-se investir em sinalização nas áreas de risco, na maior fiscalização de piscinas públicas e privadas e na criação de medidas socioeducativas em escolas e comunidades para disseminar informações acerca do problema e de como evitá-lo.